



## FACULDADE PARANAENSE - FACCAR

Mantida e representada pela ASSOCIAÇÃO ROLANDENSE DE ENSINO E CULTURA - AREC, inscrita no CNPJ sob o nº 75.344.895/0001-80. Reconhecida pelo Decreto Federal nº 79.277 de 15/02/1977, com sua sede situada na Rua Dom Pedro II, nº 400 - Jd Horácio Cabral - Rolândia (PR), CEP: 86.600-000. Tel: (43) 3255-8500 - Site: <http://www.faccar.com.br>

### ATO EXECUTIVO N.º 001/2022.

CONSIDERANDO o contido no artigo 2º, da Lei n.º 9.870/1999;

CONSIDERANDO o contido nas Cláusulas Segunda e Sétima, do Contrato de Prestação de Serviços Educacionais, 2º Semestre de 2022,

**O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO ROLANDENSE DE ENSINO E CULTURA- AREC**, mantenedora da Faculdade Paranaense – FACCAR, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

### DETERMINA:

Art. 1º fixar os valores da contraprestação pelos serviços educacionais indicados no Contrato de Prestação de Serviços Educacionais do ano de 2022 (2º Semestre de 2022) para os respectivos cursos, série e ano letivo, conforme previsto na Cláusula Segunda e aprovado pelo **CONSELHO ACADÊMICO SUPERIOR (CAS)**, será o valor da anuidade constante na tabela abaixo que integra o presente contrato, que deverá estar expresso no requerimento de matrícula.

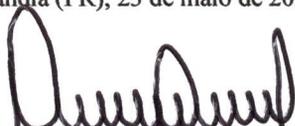
CURSO	Semestre Ano	VALOR Semestralidade	VALOR MEN. DIA 10
DIREITO	2º/2022	R\$ 5.670,00	R\$ 945,00

Art. 2º Para obtenção dos descontos o aluno deverá preencher requerimento próprio fornecido pela IES na qual fica expressamente cientificado de que nos anos consecutivos, caso haja o fim das junções de disciplinas, sua anuidade será reajustada em sua totalidade.

Art. 3º O presente Ato Executivo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Publique-se, divulgue-se em local de fácil acesso ao público e Cumpra-se.

Rolândia (PR), 23 de maio de 2022.

  
\_\_\_\_\_  
**Carlos Eduardo Garcia**  
Presidente AREC

Vistos e examinados o presente Ato Executivo n.º 001/2022.

- Aprovo o presente Ato Executivo para que produza seus efeitos legais.

Rolândia (PR) aos 23 de maio de 2022.  
P.R.I.

  
Solange Aparecida Macedo Martins  
Diretora Geral  
Presidente do CAS



**FACCAR**  
FACULDADE PARANAENSE

## FACULDADE PARANAENSE – FACCAR

Reconhecida pelo Decreto Federal n.º 79.277 de 15/02/1977

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO ROLANDENSE DE ENSINO E CULTURA – AREC

Rua: Dom Pedro II, n.º 400, Jd Horácio Cabral – Rolândia/Paraná – Cep: 86.604-160

Fone/Fax: (43) 3255-8500, [www.faccar.com.br](http://www.faccar.com.br) – CNPJ: 75.344.895/0001-80

2015



**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS**, que fazem entre si de um lado a ASSOCIAÇÃO ROLANDENSE DE ENSINO E CULTURA - AREC, pessoa jurídica de direito privado, com sede em Rolândia, Estado do Paraná, à Dom Pedro, II, n.º 400, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 75.344.895/0001-80, entidade mantenedora da **FACULDADE PARANAENSE – FACCAR**, doravante denominada CONTRATADA, por seu representante legal, e do outro lado o(a) Aluno(a) identificado(a) no Requerimento de Matrícula, doravante denominado CONTRATANTE.

### CLÁUSULAS E CONDIÇÕES:

**PRIMEIRA** - O presente contrato é celebrado sob a égide dos artigos 206, incisos II e III e 209 da Constituição Federal; do Código Civil, Livro III, Títulos IV e V; da Lei n.º 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Lei 9.870 de 23/11/99 e da Medida Provisória n.º 2173-24, de 23 de agosto de 2001, registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Rolândia PR, cujos termos serão divulgados amplamente a comunidade Acadêmica da FACCAR e permanecerão disponíveis no website ([www.faccar.com.br](http://www.faccar.com.br)).

**SEGUNDA** - A configuração formal do ato de matrícula procede-se por REQUERIMENTO DE MATRÍCULA em formulário próprio, que faz parte integrante deste contrato, tornando-se efetiva, após, deferida pela Direção da FACULDADE e mediante o pagamento da primeira mensalidade do **Período Letivo (Semestral)**, que representa para todos os efeitos legais, a confirmação pelo(a) CONTRATANTE, a cujo cumprimento fiel e mutuamente às partes se obrigam, independentemente da assinatura de instrumento individual impresso.

§ 1º - A CONTRATADA reserva-se ao direito de não disponibilizar o acesso ao Requerimento de Matrícula ao aluno que não esteja apto ou habilitado a matricular-se. Estes, deverão procurar a secretaria do respectivo curso.

§ 2º - Constatada eventual irregularidade na matrícula realizada, a CONTRATADA, após intimar o CONTRATANTE, procederá seu cancelamento.

§ 3º - No caso do (a) Aluno(a) menor de 18 anos, o(a) CONTRATANTE será o seu representante legal.

**TERCEIRA** - A CONTRATADA, oferece curso pelo regime semestral assegurando uma vaga no seu corpo discente para o (a) ALUNO(A) - CONTRATANTE, exclusivamente na série e curso para os quais estiver legalmente habilitado, ministrar-lhe-á o ensino através de aulas e demais atividades escolares, planos de estudos, programas e currículos.

§1º - Constatada a evasão de alunos, haverá fusão de turmas.

§2º - Nas disciplinas de formação dos núcleos comuns de saberes, poderá haver fusão de turmas de diversos cursos, tanto na modalidade presencial, respeitada a capacidade do ambiente, quanto na modalidade semipresencial e à distância.

§3º - A Contratada reserva-se no direito, de não ofertar o curso, em caso de, não preencher a quantidade de alunos necessários, para se formar turma, em aprovação no vestibular.

**QUARTA** - As aulas serão ministradas nas salas de aula ou locais que a CONTRATADA indicar, tendo em vista a natureza do conteúdo e da técnica pedagógica que se fizerem necessários.

§ 1º - O (a) ALUNO (a) declara estar ciente de que as aulas são ofertadas de 2ª (segunda-feira) à 6ª (sexta-feira) das 19:15hs às 22:50hs.

21

§2º - Durante a vigência do ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA decretado, por motivo de saúde ou qualquer outro, as atividades presenciais (aulas, estágios, avaliações e outros) poderão, a critério da Contratada, ser substituídas pelo Regime Especial de Aulas Não Presenciais, ou ainda por Regime Híbrido de ensino, por meio de tecnologia de informação e metodologias próprias, atendendo a carga horária mínima definida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

O compromisso de pagamento de mensalidade por parte do (a) CONTRATANTE, ainda será devido, uma vez que o pagamento é fundamental para a manutenção das atividades da CONTRATADA, não incidindo desconto.

§3º - É de inteira responsabilidade do Contratante a aquisição de tecnologia e também de internet para ter acesso às aulas não presenciais.

§4º - O Contratante deverá seguir todas as normas do Poder Público e ainda os Protocolos para retorno às aulas, que consistem em um conjunto de normas de conduta, que visam proteger a saúde e a integridade física e mental da comunidade acadêmica, sob as penas da lei.

§5º - O Contratante deverá adquirir todos os equipamentos de proteção de uso individual referente ao enfrentamento da Covid-19, como máscaras e outros estabelecidos no Protocolo.

**QUINTA** - É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o planejamento e a prestação dos serviços de ensino, no que se refere à fixação do calendário escolar, das datas para avaliação do rendimento escolar, dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, currículos plenos e suas alterações, inclusive das cargas horárias das disciplinas, normas para aproveitamento de disciplinas cursadas, designação de professores, orientação didático-pedagógica e educacional, além de outras providências que as atividades escolares exigirem, obedecendo ao seu exclusivo critério, no que permita a legislação em vigor.

**SEXTA** - Ao aderir ao presente, o(a) CONTRATANTE se submete ao Regimento Escolar e, ainda, aos ATOS, PORTARIAS, RESOLUÇÕES E OUTROS DOCUMENTOS emitidos pela Direção e Colegiado, que regulam, supletivamente a matéria, assim como a todas as normas da instituição da CONTRATADA e dos Órgãos Públicos, Municipais, Estaduais e Federal a que estiver vinculado o(a) CONTRATANTE ou seu REPRESENTANTE.

**SÉTIMA** - A contraprestação pelos serviços educacionais indicados neste instrumento, estando o(a) CONTRATANTE já devidamente inteirado das condições estabelecidas, **nos Atos Executivos do Presidente da AREC**, para os respectivos curso, série e Período Letivo (compreendido por 06 (seis) meses), conforme previsto na Cláusula Segunda e aprovado pelo **Conselho Acadêmico Superior (CAS)**, **será o valor da anuidade constante na tabela que integra o presente**, que deverá estar expresso no requerimento de matrícula, pagável em 06 (seis) parcelas, na forma dos parágrafos seguintes.

§1º - A primeira parcela do PERÍODO LETIVO, será paga no ato da matrícula (julho) e o saldo devedor será pago em 05 (cinco) parcelas iguais, vencíveis no dia 10 (dez) de cada um dos 10 (dez) meses subseqüentes.

§ 2º - Os boletos bancários para pagamento das parcelas PERÍODO LETIVO (SEMESTRAL) estarão disponíveis na internet e deverão ser emitidos pelo(a)

31

***próprio(a) CONTRATANTE, motivo pelo qual, não poderá justificar eventual impontualidade por não tê-lo recebido.***

§ 3º - Estando os boletos bancários disponíveis na internet, estipulam as partes que o pagamento da última prestação não estabelece presunção de estarem solvidas as anteriores, ficando afastado o contido no artigo 322 do Código Civil.

§ 4º - ***Para todos os efeitos, o valor principal da PERÍODO LETIVO (semestral) da série, será a base de cálculo para as parcelas mensais, podendo sofrer acréscimo ou redução proporcional a carga horária, a partir da 2ª parcela, em função de adaptações, reprovações ou aproveitamento de estudos. Nestas situações o aluno preencher requerimento próprio na secretaria geral e após, dirigir-se à tesouraria para os devidos lançamentos.***

§ 5º - ***Os alunos que agregarem disciplinas à carga horária em regime de dependência, caso seja facultada a desistência, poderão requerê-la, arcando com o débito das parcelas PERÍODO LETIVO (semestral) até a formalização do ato.***

§ 6º - Será exigível todo débito vencido em caso de matrícula deferida em época especial, para ingressantes ou alunos aprovados ou reprovados no período letivo anterior, desistentes em retorno, transferidos ou portadores de diploma de curso superior, mediante recurso deferido pela **CAS**.

§ 7º - O pagamento de qualquer uma das parcelas objeto deste contrato, efetuado através de cheque, somente se considerará liquidado após o respectivo crédito em conta corrente da CONTRATADA ser confirmado, ficando as eventuais quitações e deferimentos subordinados a essa condição resolutiva.

§ 8º - Fica vedada a realização de depósitos na conta corrente da **Faculdade**, como forma de pagamento de parcelas PERÍODO LETIVO (semestral), sem expressa autorização, ante a inexistência de condições materiais de identificá-los e a que se referem.

§ 9º Caso o(a) aluno(a) obtenha Financiamento Estudantil - FIES, ou qualquer outro abatimento do gênero, os valores contidos nesta cláusula serão reduzidos na mesma proporção.

§ 10º - Na eventual descontinuidade do FIES pelo Aluno ou pelo Agente Financiador, a parte financiada será lançada em débito diretamente ao CONTRATANTE.

§ 11º - Até 03 (três) dias úteis, antes do início das aulas, poderá o(a) CONTRATANTE formalizar sua desistência na **Tesouraria**, recebendo 70% (setenta por cento) do valor pago. Após este prazo não haverá devolução em nenhuma hipótese.

§12º - O CONTRATANTE matriculado com o benefício do Financiamento Estudantil do Ensino Superior-FIES e do Programa Universidade Para Todos - PROUNI devem acessar com regularidade, o Aluno Online, para se informar sobre as atividades acadêmicas, bem como, as instruções para manutenção de seu benefício.

**OITAVA** - Os valores da contraprestação previstos na cláusula anterior remuneram, exclusivamente, a prestação de serviços decorrentes da carga horária curricular de graduação constante do Plano Escolar, uma via do Certificado de Conclusão de Curso e a impressão em cartolina do Diploma e seu registro.

§ 1º - ***Tendo em vista que as Faculdades não possuem autonomia para registrar seus próprios diplomas, conforme dispõe Art. 48, § 1º da Lei n.º 9.394/96, o seu registro será realizado em um Órgão Competente indicado pelo Ministério da***

**Educação (MEC), na qual a demora pelo registro não é responsabilidade da FACCAR.**

§ 2º - Os valores da contraprestação das demais atividades e serviços extraordinários, individuais ou coletivos, são fixados em cada caso, pela CONTRATADA de acordo com a tabela extraída de **ATO EXECUTIVO DO PRESIDENTE DA MANTENEDORA**, afixado nos quadros de avisos da tesouraria.

§ 3º - Todos os requerimentos do(a) CONTRATANTE, de qualquer natureza e, especialmente, os de solicitação de documentos para transferência e/ou trancamento de matrícula, deverão ser formalizados na **TESOURARIA**, sob protocolo, em formulário próprio.

**NONA** - A(o) CONTRATANTE que atrasar o pagamento das parcelas do PERÍODO LETIVO (semestralidade), será cobrado o acréscimo de multa moratória de 2% (dois) por cento, mais juros de 1% (um) por cento ao mês, a partir do vencimento da parcela mais antiga, até o dia da efetivação do pagamento, sobre o total do débito representado pela soma dos valores de todas as parcelas em atraso devidamente corrigidas pelo INPC/IBEGE ou outro Índice Legalmente aplicável.

§ 1º - Em caso de qualquer inadimplemento do contratante por mais de 30 (trinta) dias, será incluído no Serviço Central de Proteção ao Crédito - SCPC, na forma do § 2.º do art. 43 da Lei n.º 8.078/90, e encaminhado ao Cartório de Títulos e Documentos para o devido Protesto, (na forma da Lei n.º 9.492/97).

§ 3º - Se o inadimplemento perdurar por mais de 90 (noventa) dias, o aluno poderá ser desligado do curso, conforme o art. 6.º da Lei 9.870/99 e Medida Provisória n.º 2173-24, de 23 de agosto de 2001, independentemente de processo administrativo.

§ 4º - Para recebimento de seu crédito a CONTRATADA poderá utilizar-se de sua própria organização ou de empresa especializada, sendo que, na segunda hipótese o(a) CONTRATANTE arcará com os honorários profissionais relativos a cobrança, desde já fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor total do débito, mais despesas, reservando-lhe o direito de regresso em eventual sucumbência.

§ 5º - As parcelas terão sua expressão monetária corrigida por qualquer índice legalmente aplicável, ou quando a política salarial do Governo causar reflexos superiores à sua variação, dentro da paridade da excedência ou, ainda, quando a superveniência de legislação tributária, venha a criar ônus sobre a receita contratada, modificando os parâmetros orçamentários para execução do planejamento financeiro das instituições escolares mantidas pela CONTRATADA.

**DÉCIMA** - A situação contábil, fiscal e parafiscal da CONTRATADA é fiscalizada pelos órgãos competentes, segundo a legislação vigente, não cabendo qualquer interferência em sua economia interna pelo(a) CONTRATANTE, salvo disposição legal em contrário.

**DÉCIMA-PRIMEIRA** - A CONTRATADA não se responsabiliza por qualquer dano moral ou patrimonial que venha a ocorrer com o(a) CONTRATANTE e/ou seus bens, nas dependências da instituição, não estando cobertos por quaisquer seguros os bens patrimoniais do(a) CONTRATANTE, nas referidas dependências.

**DÉCIMA-SEGUNDA** - A CONTRATADA se reserva o direito de cancelar o CONTRATO e a matrícula, bem como de não o firmar para a série seguinte, expedindo a transferência do(a) aluno(a), por motivo disciplinar ou



# FACULDADE PARANAENSE – FACCAR

Reconhecida pelo Decreto Federal n.º 79.277 de 15/02/1977

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO ROLANDENSE DE ENSINO E CULTURA – AREC

**FACCAR**  
FACULDADE PARANAENSE

Rua: Dom Pedro II, n.º 400, Jd Horácio Cabral – Rolândia/Paraná – Cep: 86.604-160  
Fone/Fax: (43) 3255-8500, [www.faccar.com.br](http://www.faccar.com.br) – CNPJ:75.344.895/0001-80

SM

incompatibilidade com o regime da instituição, ou ainda em caso de divergência ou conflito entre os CONTRATANTES, observado o princípio do contraditório.

§1º - Caso o CONTRATANTE possuir pendências de documentos, poderá ser desligado, caso não providencie, no prazo em que a secretaria acadêmica oficializar via Aluno Online.

§2º - A renovação do contrato para série seguinte, se dará através do aceite do Termo de Renovação disponível em tempo hábil no Aluno Online, desde de que, não esteja em situação irregular.

**DÉCIMA-TERCEIRA** - Não será deferido o requerimento de matrícula para a série seguinte, mesmo mediante novo Processo Seletivo e nem celebrado novo CONTRATO caso o(a) CONTRATANTE esteja em situação irregular com as exigências deste CONTRATO, não havendo tolerância de tempo além do período fixado para efetivação da matrícula no Calendário Escolar, para que o(a) CONTRATANTE possa regularizar sua situação.

**DÉCIMA-QUARTA** - Não impedem a cobrança posterior de débitos, na forma da Cláusula Nona:

- a) a desistência do(a) aluno(a), no transcorrer do ano letivo, sem comunicação prévia protocolizada na **TESOURARIA**;
- b) a não efetivação da matrícula, no período letivo seguinte.
- c) o desligamento do(a) aluno(a), por qualquer dos motivos previstos neste contrato.

**Parágrafo Único:** Permanecerá em aberto o débito das parcelas do período letivo (semestralidade) durante a tramitação do processo de transferência, desde o requerimento do histórico escolar até a data da apresentação do atestado de vaga da instituição, para onde o aluno se destina.

**DÉCIMA-QUINTA** - O Trancamento de Matrícula, com explicitação da série de trancamento, de acordo com o Regimento Escolar, será deferido se o(a) CONTRATANTE estiver em situação regular com a CONTRATADA.

**Parágrafo Único** - O não retorno do(a) CONTRATANTE com matrícula trancada, ao final do **PERÍODO LETIVO – (SEMESTRALIDADE)** de trancamento, para efetivação da matrícula, acarretará a perda de vínculo com a CONTRATADA, além de lhe ser exigida a submissão a novo processo seletivo para prosseguimento do curso interrompido.

**DÉCIMA-SEXTA** - Todas as disciplinas de Estágio são obrigatórias e conforme sua natureza podem exigir deslocamento do(a) CONTRATANTE fora das dependências do estabelecimento e podem realizar-se fora do horário regular do curso.

**DÉCIMA-SÉTIMA** - Os cursos noturnos cuja carga-horária semanal extrapola 20 (vinte) horas-aula, podem exigir que o(a) CONTRATANTE freqüente aulas no turno diurno, aos sábados.

**Parágrafo Único:** Para quaisquer dos cursos, o sábado é considerado dia letivo normal seja qual for à atividade realizada.

**DÉCIMA-OITAVA** - A disciplina eventualmente já cursada, anteriormente, pelo(a) Aluno(a), somente poderá ser aproveitada após avaliação dos conhecimentos do(a) requerente na forma estabelecida nos regulamentos acadêmicos em vigor.

**DÉCIMA-NONA** – De acordo com a legislação educacional vigente, Portaria MEC 1.134 de 10 de outubro de 2016, os cursos de graduação oferecidos pela CONTRATANTE na modalidade presencial poderão ter na proporção que o MEC

autorizar da carga horária curricular, com disciplinas oferecidas na modalidade à distância.

*§1º - As atividades e avaliações online estarão disponíveis no Ambiente Virtual, por meio de acesso à internet, mediante indicação do usuário e senha fornecidos pela CONTRATADA, conforme requisitos técnicos necessários indicados pela CONTRATADA.*

*§2º Será de inteira responsabilidade do CONTRATANTE participar das atividades propostas no percurso didático de cada uma das disciplinas, atividades e avaliações presenciais e online, sob pena de não atingimento da média e/ou frequência mínimas para aprovação, conforme estabelecido nos atos normativos institucionais.*

*§3º - O CONTRATANTE declara estar ciente de que deve utilizar os recursos tecnológicos disponibilizados pela CONTRATADA para fins acadêmicos, sob pena de responsabilidade civil e criminal*

*§ 4º - Os Estágios Supervisionados dos cursos de Graduação, obedecem ao planejamento, estrutura, duração, cronologia, horários e critérios de avaliação próprios, de acordo com as especificidades das profissões a que habilitam, não restando ao aluno direito de recurso, caso os horários de realização não sejam os mesmos em que as aulas são habitualmente ministradas.*

**VIGÉSIMA-** As Atividades Complementares dos Cursos de Graduação, obrigatórias para conclusão de alguns cursos de graduação incluem participação do aluno em cursos, conferências, ciclos de estudo, ações comunitárias, eventos culturais de sua escolha, conforme regulamento próprio estabelecido pela Coordenação Didático-Pedagógica do Curso. Quando oferecidas pela Faculdade, as atividades com validade para cumprimento da carga-horária complementar exigida (cursos, ciclos de estudo, palestras, eventos filantrópicos e culturais, etc.), podem ser realizadas em horários e turnos diferentes dos de aulas normais, inclusive aos sábados.

*Parágrafo Único - As atividades mencionadas nesta cláusula por serem complementares não estão incluídas no valor da semestralidade.*

**VIGÉSIMA- PRIMEIRA** - O presente CONTRATO tem vigência por 06 (SEIS) meses, ou até que se cumpra o que nele se determina, e poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses:

a - Pelo Aluno(a) e/ou Responsável:

I - Por desistência formalizada mediante requerimento protocolizado na Tesouraria da Unidade.

II - Por transferência formal.

*Parágrafo Único - De acordo com a legislação em vigor a GUIA DE TRANSFERÊNCIA somente tramita entre instituições de ensino e mediante apresentação de Atestado de Vaga pelo interessado, o qual, deverá ter vínculo ativo perfeito com a CONTRATADA, observando-se os demais regulamentos pertinentes.*

b - Pela CONTRATADA:

I - Por desligamento nos termos do Regimento Escolar.

II - Por desligamento em caso de descumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato pelo(a) CONTRATANTE.

*§ 1º - Em todos os casos fica o(a) CONTRATANTE obrigado a pagar o valor da parcela do mês em que ocorrer o evento, assim como outros débitos eventualmente existentes, corrigidos na forma da Cláusula Nona.*

**§ 2º - Nos casos de Rescisão Contratual e de Trancamento de Matrícula fica o CONTRATANTE obrigado a pagar para a CONTRATADA uma quantia de 30 % (trinta por cento) do valor de uma mensalidade da anuidade contida no requerimento de matrícula.**

**VIGÉSIMA- SEGUNDA** – A CONTRATADA não assume nenhuma responsabilidade pela guarda de objetos ou pertences do(a) ALUNO(A), que devem permanecer em seu poder e sob a vigilância deste(a) nas dependências da FACCAR, esteja em atividade acadêmica ou não.

**VIGÉSIMA- TERCEIRA** - Este contrato não supre a exigência de matrícula formal deferida, sem o que, não terão validade quaisquer atos, como a presença às aulas, a prestação de provas e outras atividades escolares.

**VIGÉSIMA- QUARTA** – Com o presente contrato de prestação de serviços concorda expressamente o CONTRATANTE com a captura e o uso de sua imagem e/ou voz, em todo e qualquer material, produzido pela CONTRATADA, entre fotos e documentos, para ser utilizada em campanhas promocionais e institucionais e que sejam essas destinadas à divulgação ao público em geral.

**Parágrafo único.** *A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada, em todo o território nacional e no exterior, das seguintes formas: outdoor; busdoor; folhetos em geral (encartes, mala direta, catálogo, etc; folder de apresentação; anúncios em revistas e jornais em geral; home page; cartazes; back-light; mídia digital; mídia eletrônica (painéis, video-tapes, televisão, cinema, programa de rádio, internet, entre outros).*

**VIGÉSIMA- QUINTA** - As informações consignadas no Requerimento de Matrícula são de inteira responsabilidade do(a) CONTRATANTE, bem como a atualização de documentos, endereços para correspondências escolares e para cobranças.

**VIGÉSIMA-SEXTA** – A CONTRATADA compromete-se a respeitar as normas gerais contidas na Lei 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, sobre o tratamento de dados do CONTRATANTE, inclusive nos meios digitais, com o objetivo principal de proteger os direitos fundamentais, e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade natural.

**VIGÉSIMA-SÉTIMA** – O CONTRATANTE consente na coleta dos dados indispensáveis à realização da prestação de serviços educacionais, objeto deste contrato, nos termos do artigo 9º, §3º da LGPD, estando ainda ciente que de que estes poderão ser utilizados para o cumprimento de obrigações legais ou regulatórias das autoridades competentes.

**§1º.** Os dados coletados poderão ser compartilhados para execução de políticas públicas, regulamentos, contratos, convênios, órgãos de pesquisa e/ou instrumentos congêneres, garantido sempre que necessário a anonimização dos dados.

**§2º.** Poderá ainda, ser coletados dados sensíveis, bem como, aqueles necessários para atender aos interesses legítimos da CONTRATADA ou de



# FACULDADE PARANAENSE – FACCAR

Reconhecida pelo Decreto Federal n.º 79.277 de 15/02/1977

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO ROLANDENSE DE ENSINO E CULTURA – AREC

**FACCAR**  
FACULDADE PARANAENSE

Rua: Dom Pedro II, n.º 400, Jd Horácio Cabral – Rolândia/Paraná – Cep: 86.604-160  
Fone/Fax: (43) 3255-8500, [www.faccar.com.br](http://www.faccar.com.br) – CNPJ:75.344.895/0001-80

**terceiros, para auxiliar a CONTRATADA a ofertar a melhor experiência acadêmica ao CONTRATANTE.**

**§3º. Havendo necessidade, será solicitado ao CONTRATANTE, mediante termo específico, o consentimento para coleta e tratamento de novos dados pessoais não abarcados inicialmente por este contrato.**

**VIGÉSIMA- OITAVA – Os dados coletados serão armazenados em meios físicos e/ou digitais, observado sua natureza, bem como, a melhor forma ou prática de tratamento, pelo período regulamentar previsto pelos órgãos reguladores (Ministério da Educação, Secretarias Estaduais/Municipais de Educação, entre outros) ou pelo tempo necessário ao cumprimento dos interesses legítimos da CONTRATADA.**

**§1º. A contratada, garantirá a privacidade e confidencialidade dos dados coletados do CONTRATANTE e de terceiros repassados por ela, sendo todos os dados armazenados em bancos de dados, proporcionando a segurança das informações coletadas.**

**§2º. O tratamento dos dados pessoais coletados do CONTRATANTE será realizado por colaboradores e/ou departamentos pertinentes da CONTRATADA, previamente autorizados e designados por esta.**

**VIGÉSIMA- NONA– Os dados pessoais coletados poderão ser utilizados pela CONTRATADA para fins de cobranças administrativas ou judiciais, por meio próprio ou através de empresas de cobrança terceirizadas, sob orientação da CONTRATADA, o qual o CONTRATANTE manifesta expresse consentimento, exclusivamente, para esta finalidade, neste ato.**

**TRIGÉSIMA– É direito do CONTRATANTE, titular dos dados; o acesso, correção, modificação, bloqueio e eliminação dos dados coletados.**

**§1º - O CONTRATANTE poderá realizar correções, modificações, bloqueios e/ou eliminação dos dados pessoais fornecidos, mediante solicitação escrita.**

**§2º - A resposta a solicitação será realizada no prazo legal de 15 (quinze) dias, contados a partir da data do requerimento.**

**§3º - A CONTRATADA emprega políticas internas de proteção a privacidade e de segurança das informações, prestando capacitação continuada a seus colaboradores, com a finalidade de coibir o desrespeito a LGPD, bem como adota Plano de Resposta a Incidentes de Segurança.**

**§4º - As atividades de tratamento de dados realizadas pela CONTRATADA ou sob sua orientação, seguem as diretrizes da Política de Privacidade, disponibilizada no sítio eletrônico [www.faccar.br](http://www.faccar.br).**



# FACULDADE PARANAENSE – FACCAR

Reconhecida pelo Decreto Federal n.º 79.277 de 15/02/1977

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO ROLANDENSE DE ENSINO E CULTURA – AREC

**FACCAR**  
FACULDADE PARANAENSE

Rua: Dom Pedro II, n.º 400, Jd Horácio Cabral – Rolândia/Paraná – Cep: 86.604-160  
Fone/Fax: (43) 3255-8500, [www.faccar.com.br](http://www.faccar.com.br) – CNPJ: 75.344.895/0001-80



**§5º - A CONTRATADA disponibiliza Ouvidoria e Canal de Atendimento para a apresentação de reclamações, sugestões, solicitações, denúncias e elogios sobre práticas, procedimentos e processos, e poderá ser acessado através do sítio eletrônico [www.faccar.br](http://www.faccar.br).**

**TRIGÉSIMA PRIMEIRA – O CONTRATANTE consente e autoriza expressamente neste ato, o uso de seus dados pessoais fornecidos, para fins de comunicações comerciais, promocionais e institucionais promovidas pela CONTRATADA, por prazo indeterminado.**

**TRIGÉSIMA- SEGUNDA** – A eventual vigência de norma que conflite com disposição deste contrato importará meramente na suspensão de sua eficácia, que será retomada com a superveniência de qualquer alteração jurídica que a admita.

**TRIGÉSIMA- TERCEIRA** – Para dirimir questões oriundas deste contrato, fica eleito o foro da Comarca da prestação de serviços pela CONTRATADA, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**TRIGÉSIMA- QUARTA** – As partes reconhecem a validade e a segurança jurídica da produção documental eletrônica e de seu processamento via intranet ou internet, assim como de exemplar impresso por qualquer das partes, se necessário para comprovação externa do presente contrato, ao qual atribuem eficácia legal, equivalente à de um original com suporte físico, subscrito pelos contratantes. E, por estarem justos e contratados, aceitam os CONTRATANTES as cláusulas, condições, a teor e forma pública de conhecimento do presente Contrato de Prestação de Serviços Educacionais, que terá sua vigência na data da confirmação de sua matrícula.

Rolândia-PR, aos 23 de maio de 2022.

  
\_\_\_\_\_  
**Dr. Carlos Eduardo Garcia**  
**Presidente da AREC**